



Assembleia Municipal de Odivelas

ATA Nº24/2012

**ATA DA 19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2012
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos dezoito dias do mês de Dezembro, do ano dois mil e doze, pelas vinte horas e quarenta minutos reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **19ª Sessão Extraordinária**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas sob a Presidência de Sergio Paiva e António José Real da Fonseca e José Carlos Pires, como 1º e 2º Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 - PROPOSTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA-----

PONTO 2 - PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL-----

PONTO 3 - PROPOSTA RELATIVA AO PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU-----

PONTO 4 - PROPOSTA - DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1º GRAU E DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1º E 2º GRAU-----

PONTO 5 – ANÁLISE DA PROPOSTA FINAL DA UNIDADE TÉCNICA PARA A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO-----



Assembleia Municipal de Odivelas

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PSD**, o membro da Assembleia Municipal **Maria João Nascimento**, pelo Membro **Paula Paçó** -----

Na bancada do **PS**, o membro da Assembleia Municipal, **Susana Santos**, pelo Membro **Alcina Trindade** -----

Na bancada da **CDU**, o membro da Assembleia Municipal **Raquel Rodrigues**, pelo Membro **José Rodrigues** -----

Na bancada da **CDU**, o membro da Assembleia Municipal **Joaquim Campos**, pelo Membro **Adventino Amaro** -----

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia de Famões, **António Rodrigues**, pelo seu substituto **Cristina Silvestre** -----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de **37** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado as ausências dos membros Duarte Barracas, pela bancada do **MPT**, Presidente da Junta de Freguesia do Olival de Basto, Joaquim Farinha, pela bancada do **PS** e Vítor Fonseca pela bancada Independente; -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Mário Máximo e os Senhores Vereadores, Rui Francisco, Maria da Luz Nogueira, Carlos Bodião, Sandra Pereira, Fernanda Franchi, pelas bancadas da **CDU PSD** e **PS** respetivamente. -----

O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia propôs que se desse início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pela bancada do **BE**, foi apresentado um Voto de Saudação sobre “Maternidade Alfredo da Costa pelos seus 80 anos”, que seguidamente se transcreve: (documento nº1) -----

“A 6 de Dezembro de 1932 foi admitida na Maternidade Alfredo da Costa a primeira grávida, chamava-se Glória Virgínia, tinha 18 anos e era natural de Tomar. Reza assim o início da história, ou das mil histórias, que a Maternidade Alfredo da Costa encerra entre as suas paredes.-----

Em 1977, a MAC ofereceu, pela primeira vez em Portugal, a possibilidade dos bebés nascidos antes de uma gestação completa sobreviverem, assim como a mãe. O ano de 1989 como data de outro importante avanço de que a MAC foi palco, com o atendimento individualizado, por equipas especializadas, de grávidas com doenças crónicas como a diabetes, hipertensão, adolescentes e toxicodependentes. Recorde-se que em 2008 foi a primeira unidade hospitalar a lançar um banco de leite humano. Em 2009, o seu projeto “Hipotermia no tratamento da Encefalopatia Hipóxico-Isquémica do Recém-nascido de termo” foi um dos premiados pela Missão Sorriso. Ainda no mesmo ano e no âmbito do Programa do Medicamento Hospitalar, foi atribuído à MAC uma Menção Honrosa relativa ao Prémio de Excelência em Boas Práticas na Área do Medicamento Hospitalar 2009, pelo impacto da implementação do ambulatório nos serviços farmacêuticos da MAC. Já a iniciativa BabyCare, concretizada em parceria com a Portugal Telecom, que permite a transmissão multimédia de imagens vídeo dos recém-nascidos das Unidades de Cuidados Especiais para o ecrã da TV da casa dos pais, é único no país e totalmente gratuito.-----

Em 2010 recebeu o certificado de Hospital Amigo dos Bebés como reconhecimento pelo seu empenho na promoção do aleitamento materno através das “Dez Medidas para o Aleitamento Materno com Sucesso”, um título concedido pela OMS e pela UNICEF.-----

Neste contexto, a Assembleia Municipal, saúda a Maternidade Alfredo da Costa, bem como todos os seus trabalhadores e trabalhadoras, reformados e reformadas que nos últimos 80 anos permitiram que inúmeras Mães e Crianças usufríssem das melhores condições medico-sanitárias do serviço Público de Saúde, que infelizmente, este Governo teima em extinguir.”-----

Pela bancada do **BE**, foi apresentada uma moção “Pela suspensão da aplicação do Novo Regime de Arrendamento Urbano”, que seguidamente se transcreve: (documento nº2) -----

“Considerando que: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

No dia 12 de Novembro entrou em vigor no novo regime de arrendamento urbano e que milhares de inquilinos já começaram a ser notificados pelos senhorios. -----

As notificações dos senhorios destinam-se a proceder a aumentos de rendas, alterações de prazo de contratos e passagem para o novo regime de arrendamento urbano. -----

Os aumentos propostos pelos senhorios são na grande maioria dos casos muito elevados e incomportáveis para os inquilinos, que de forma generalizada sofreram grandes reduções nos seus rendimentos em resultado das políticas de austeridade em curso. -----

A entrada em vigor da lei está revestida de grandes indefinições, em particular no artigo que define que para efeitos de negociação do novo valor de renda é contabilizado o rendimento anual bruto corrigido do agregado familiar de 2012, que só estará disponível no primeiro semestre de 2013. -----

Os inquilinos, na sua maioria idosos, estão com muitas dificuldades em obter por parte dos serviços de finanças resposta relativamente ao seu rendimento anual bruto corrigido e que esse facto os impede de responder dentro do prazo legal aos senhorios, podendo por essa via aprovar tacitamente os aumentos propostos. -----

A diminuição de rendimentos dos inquilinos no ano de 2012 e do agravamento desta perda em 2013 irá conduzir a maiores dificuldades financeiras, o aumento das rendas será em muitos casos incomportável. -

O passo seguinte ao incumprimento no pagamento da renda, será a notificação para despejo dos inquilinos e que não existe neste momento qualquer mecanismo alternativo para garantir uma resposta social a estes despejos que ocorrerão em grande escala. -----

O Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua Reunião de 18 de Dezembro de 2012 delibere: -----

Apelar ao Governo para que proceda à suspensão imediata da aplicação do novo regime de arrendamento urbano; -----

Apelar à Assembleia da República para que proceda com urgência à revisão do novo regime de arrendamento urbano, visto que o atual não garante o direito à habitação e que irá provocar milhares de despejos no país; -----

Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de soberania, à imprensa e às organizações de defesa dos direitos dos inquilinos." -----

Pela bancada do **BE**, foi apresentado um Voto de Congratulação "Pela Admissão da Palestina como Estado", que seguidamente se transcreve: (documento nº3) -----

"Considerando que: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

1. A Assembleia Geral da ONU aprovou, por avassaladora maioria, a resolução para admitir a Palestina como estado observador nas Nações Unidas. O presidente da Autoridade Palestiniana, Mahmoud Abbas, teve oportunidade de discursar perante a Assembleia Geral, congratulando-se com o sinal histórico da votação. "Não estamos aqui para retirar legitimidade a um Estado, Israel, estamos aqui para legitimar outro Estado, a Palestina", anunciou, dizendo que este voto fez os países presentes em Nova Iorque "reconhecerem a realidade".-----

2. O sinal da votação não podia ser mais inequívoco. 138 Países, incluindo Portugal, votaram favoravelmente, contra apenas 41 abstenções e 9 votos contra. A votação é uma importante vitória diplomática da Autoridade Palestiniana e um importante passo a favor da paz e de uma solução negociada para um conflito de décadas. -----

3. Em sinal contrário, o reforço dos colonatos construídos em territórios palestinianos, na mesma semana em que a Palestina foi admitida nas Nações Unidas (uma atitude rapidamente condenada pela maioria dos países europeus), constitui uma flagrante violação da lei e um passo errado para a abertura de um novo processo de diálogo e negociação em direção à paz. -----

4. Esta Assembleia Municipal, sempre manifestou preocupação com a situação que se vive na Palestina como atestam as várias iniciativas por ela aprovadas. -----

5. Em Setembro de 2011 a Assembleia Municipal condenou as declarações do Embaixador de Israel em Lisboa. Em Novembro de 2011, esta mesma assembleia saudou a adesão da Palestina à Unesco apoiada por uma larga maioria dos países membros que representou mais uma etapa no inevitável reconhecimento de um Estado palestiniano e criticou o voto do Governo Português. Ainda em Junho deste ano condenou as condições de detenção de Nabil Al-Raei. -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, delibera: -----

a) Congratular-se com o resultado expressivo da votação da Assembleia Geral das Nações Unidas, admitindo a Palestina como estado observador da ONU, assumindo esse voto como um passo importante para uma solução dialogada e para o reconhecimento de um estado Palestino - condição necessária para uma paz duradoura na região. -----

b) Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de soberania e as representações diplomáticas da Palestina e do Estado de Israel." -----

Pela bancada do BE, foi apresentado um Voto de Condenação sobre "Prémio Nobel a EU? E Que credibilidade para Oslo?", que seguidamente se transcreve: (documento nº4) -----



Assembleia Municipal de Odivelas

"1 - Tendo em conta que, de acordo com a vontade de Alfred Nobel, o prémio deveria distinguir "a pessoa (ou instituição) que tivesse feito a maior ou melhor acção pela fraternidade entre as nações, pela abolição e redução dos esforços de guerra e pela manutenção e promoção de tratados de paz";-----

2 - Considerando que reconhecer a União Europeia como bastião da defesa dos direitos humanos é branquear as atrocidades do Frontex, os centros de detenção espalhados pela Europa, o caos humano que é Lampedusa, a exclusão e violência exercida sobre as comunidades ciganas, a criminalização da imigração, o incentivo à constituição de milícias populares, a deportação de cidadãos romenos, a convivência com a política de ocupação da Palestina, a participação na invasão e ocupação do Iraque, entre muitas mais... ;-----

3 - Considerando que Oslo, na linha de continuidade na atribuição a personalidades tão pacíficas como de Klerk, Shimon Peres ou Kissinger, premeia desta forma o genocídio que vai sendo praticado no Mediterrâneo ou Atlântico, ou a guetização de milhões de seres humanos sejam eles pobres, ciganos, imigrantes ou refugiados, atirados para as periferias dos grandes centros urbanos pelas medidas segregacionistas; -----

4 - Tendo em conta ainda que a saúde, o reagrupamento familiar, a educação, a cultura, são sistematicamente negados ou dificultados e os actos de violência e discriminação sobre estas comunidades quase nunca condenados;-----

5 - Considerando ainda que Oslo tem sido conivente com a afirmação de que a União Europeia pode negar a esses mesmos seres humanos os mais elementares direitos políticos recusando o direito de asilo ou o direito à nacionalidade e, sobretudo, o direito de voto;-----

6 - Este prémio Nobel da Paz é mais uma afronta a estas minorias. Mas, mais do que isso, é sobretudo, uma afronta aos direitos humanos.-----

7 - E sabendo todas e todos que esta Europa tem "dado primazia à competitividade em detrimento da coesão, ao mercado em detrimento do ser união, que a Arquitetura da União Económica e Monetária mais não tem sido que a expressão da hegemonia do pensamento neoliberal que repudia o modelo social e a democracia inclusiva;-----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida a 18 de Dezembro de 2012, decide:-----

1 - Condenar a atribuição à União Europeia deste prémio Nobel da Paz;-----

2 - Caso esta condenação seja aprovada, que este Voto de Condenação seja enviado aos órgãos de soberania (Assembleia da República/Grupos Parlamentares, Governo e Presidência), ao presidente da Comissão Europeia, bem como aos órgãos de informação."-----

Pela bancada do BE, foi apresentada uma moção sobre "OE 2013 é um iceberg a afundar o País", que seguidamente se transcreve: (documento nº5) -----



Assembleia Municipal de Odivelas

"Considerando que: -----

1. Foi aprovado o O.E/2013, um orçamento que espelha uma imagem da crise. Crise económica, crise social, crise política. Um orçamento para dois meses, pois imediatamente se constata que nem este debate está encerrado, nem este é o Orçamento do Estado para 2013. Este é o momento para o PR atuar e para o vetar, tendo em conta a sua impossibilidade e inconstitucionalidade. Mas não poderemos ficar à espera que o faça. -----

2. A senda ideológica deste governo e da Troika são as da ideologia da humilhação, do espezinhamento e do empobrecimento do Povo, recessão sobre recessão, o esmagamento das conquistas do Estado Social.

3. A Troika permite-se advogar de que temos que pagar mais para termos educação pública ou de concessionarmos escolas e de despedir mais professores. Basta ver o recente escândalo que é o financiamento a privados também na Educação (Grupo GPS) em detrimento do aproveitamento das condições da Escola Pública... -----

4. Se preconiza cortes brutais de 4 mil milhões de euros nas funções sociais do Estado e um brutal despedimento coletivo de milhares de funcionários públicos e do setor público que, a serem concretizados significaria uma vitória das políticas do "consenso de Washington", da diretiva europeia 2020, dos bancos e dos fundos especulativos. -----

5. Derrotar esta política e o memorando da troika é o centro da intervenção alternativa, por um governo de esquerda. Que a luta é, entre outras medidas, pela anulação da dívida abusiva e renegociação de prazos e juros com todas as instituições credoras, públicas e privadas, bem como pela reposição dos rendimentos cortados (subsídios de férias e Natal). -----

6. É uma luta contra o caminho do desastre, do aumento contínuo da dívida pública, do desaceleramento das exportações e da queda do PIB e da economia. Que o País fica mais pobre assim como os mais desfavorecidos da nossa sociedade, num quadro de uma confessada estratégia de empobrecimento contínuo tida como supostamente indispensável para o reforço da "competitividade" do País. -----

7. O país já percebeu que, depois de tudo o que sofreu em 2012, ficou pior: quer em corte de subsídios para funcionários públicos e pensionistas, bem como com o aumento de impostos e de todo o tipo de taxas e tarifas. O governo, que aplicou 9000 milhões de euros em medidas de austeridade em 2012, mantém o défice real exatamente na mesma. -----

8. Com salários e pensões cortados, taxas proibitivas na saúde, gás, luz e transportes a preços de luxo, desemprego como nunca se viu e o défice real nos mesmos 7,2% do ano passado, isto não se trata de um desvio - é um erro, um erro colossal. É um completo falhanço da estratégia do Governo. Depois deste falhanço, era de esperar que um governo, com o mínimo de seriedade, retirasse consequências sobre a sua capacidade e manutenção no poder. Mas não! -----



Assembleia Municipal de Odivelas

9. Por mil vezes que repitam que descongelam pensões mínimas, a realidade aí está: congelamento de pensões de 275 e 300 euros. Negação das pensões de alimentos a crianças de famílias que vivem com 400 e poucos euros. Aumento de 40% no IRS a quem ganha 850 euros. Decidem o maior despedimento de que há memória em Portugal, com os milhares de contratados da Função Pública que vão para a rua. Não há pantomina de minimização que esconda esta violência. -----

10. Atacar as funções sociais do Estado é deixar grande parte da população sem acesso à saúde, a melhores prestações sociais e proteção social e à educação. É também reduzir os salários de todos os outros, que passarão a pagar duplamente. Nos impostos e na escola, nos impostos e no hospital, nos impostos e no seguro privado. A este governo não chega passar para capitais estrangeiros todos os setores estratégicos da economia – REN, águas, CTT, ANA -não. Quer também entregar ao capital as rendas garantidas das funções sociais. -----

E tudo isto a preços de saldo (ANA). -----

11. Não podemos deixar de lamentar que este O.E. nos traga a estagnação ou o recuo em termos reais e da capacidade de desenvolvimento em termos locais para as autarquias que têm de enfrentar as dificuldades sociais pelo que passam as suas populações, perante esta grave crise. -----

12. A manifestação de 15 de setembro que juntou mais de 1 milhão de pessoas sob o lema “Que se lixe a Troika queremos as nossas vidas!”, foi um BASTA às medidas da troika e exigindo “que este governo vá prá rua!” Tendo em conta o que se gritou-se nessa e em todas as manifestações que se seguiram, em particular na da CGTP de 29 de setembro que encheu o Terreiro do Paço, onde a manifestação transbordou a esfera sindical e se transformou numa manifestação popular, bem como na greve geral de 14 de Novembro que marcou a situação política nacional. Também, no mesmo dia, muitos trabalhadores de vários países europeus estiveram em luta, com greves gerais, manifestações e outras ações que convergiram com a greve geral convocada em Portugal e Estado Espanhol (integrada na jornada europeia de «Ação e solidariedade», promovida pela Confederação Europeia de Sindicatos, onde sindicatos de 15 países anunciaram greves e manifestações e outras iniciativas de protesto). Foi uma das maiores greves que o país viveu na sua história recente. -----

A dimensão ibérica desta greve, com repercussões de solidariedade em França, Itália e Grécia, é um fator de enorme importância. A resposta do mundo do trabalho deve desenvolver-se à altura da ofensiva, isto é, em escala europeia. A greve ibérica mostra que, não só é possível, como é mobilizadora a paralisação simultânea dos trabalhadores em diferentes países. Esta greve, que foi um primeiro passo, deve abrir caminho a uma greve geral europeia contra a austeridade, que coloque na ordem do dia a unidade e a convergência dos trabalhadores e das trabalhadoras à escala europeia, contribuindo para uma alteração de forças políticas na Europa. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, delibera:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

1. Aprovar a sua solidariedade com todas e todos aqueles que estão a sofrer, a começar pelos mais desfavorecidas, os trabalhadores e reformados, principais alvos destas medidas recessivas de austeridade e assumir a luta toda e mobilização de todos e todas para salvar o país da bancarrota, resgatar a economia e defender os serviços públicos. -----

2. Que a mesma seja remetida após votação para: os órgãos de soberania, os Grupos parlamentares da AR, CGTP e para os órgãos de comunicação social." -----

Pela bancada do **BE**, foi apresentada uma moção sobre "Defesa da Autonomia do Poder Local", que seguidamente se transcreve: (documento nº6) -----

"Encontra-se em discussão na Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 104/XII, onde se propõem aprovar um novo regime jurídico para os órgãos das freguesias e dos municípios e para as áreas metropolitanas/comunidades intermunicipais. -----

A supra citada Proposta de Lei pretende, ao contrário do espírito constitucional, afastar das populações do centro de decisão, e, por conseguinte, afastar o centro de decisão do pulsar das populações, dos interesses, e, sobretudo das necessidades das populações. -----

Se não vejamos, potencia-se (cf. Exposição de motivos da Proposta de Lei) "sinergias e de «ganhos de escala», musculando as competências e aumentando o leque de abrangência territorial. Defende-se e "deseja-se reforçar a natureza genérica das atribuições das entidades intermunicipais, independentemente da respetiva espécie". -----

Assim sendo e em sintonia com o elencado na Constituição da República Portuguesa, entende que os municípios e a sua organização devem respeitar a ideia de «proximidade do cidadão» e de administração autónoma, com a consequente separação de atribuições, competências e funções dos órgãos da administração autárquica. (...) defendendo-se assim, a prossecução de «interesses próprios das populações» das autarquias locais (cfr. art. 235.º- 2) que cabe, em primeira mão e especialmente, aos entes autárquicos mais próximos dos cidadãos (municípios e freguesias)¹, e, diretamente eleitos por estes. -----

Pelo exposto, conclui-se assim que o poder local/ os órgãos das autarquias locais, eleitos por sufrágio universal direto, são verdadeiros defensores dos interesses dos cidadãos e cidadãs que pela sua proximidade das populações. -----

Por conseguinte, não se pode aceitar que se pretenda, com esta Proposta de Lei afastar os órgãos de poder local das suas populações, e menos ainda que aqueles que com poderes reforçados saem desta iniciativa legislativa não vejam a sua legitimidade diretamente sufragada pelos cidadãos e cidadãs que vão ser diretamente afetados pelas suas decisões. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Assim, a Assembleia Municipal, delibera: -----

- a) Manifestar a sua discordância com a Proposta de Lei n.º 104/XII apresentada pelo Governo, o seu repúdio por atentar contra a autonomia do poder local e por não ter dada a palavra às populações.-----
- b) Que esta deliberação seja remetida após votação ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, ao Secretário de Estado da Administração Local, aos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República, à ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses, à ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) e aos órgãos de comunicação social."-----

Pela bancada do **BE**, foi apresentada uma moção sobre "Pela suspensão e alteração do regime da renda Apoiada", que seguidamente se transcreve: (documento nº7) -----

"Considerando que: -----

As medidas de austeridade aumentaram o desemprego para o nível mais elevado da democracia portuguesa ao mesmo tempo que se reduziu drasticamente o rendimento disponível dos trabalhadores e trabalhadoras e dos e das pensionistas. Os cortes nos apoios sociais atingem as famílias mais pobres, aumentando as dificuldades no seu dia-a-dia - da alimentação, aos medicamentos, até ao pagamento da renda de casa. -----

As dificuldades que se relacionam com a habitação têm vindo a aumentar exponencialmente: muitos cidadãos e cidadãs não conseguem pagar o arrendamento ou o crédito à habitação que contraíram e muitas centenas já perderam mesmo a casa. -----

O Governo, através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, anunciou que vai proceder à aplicação da Renda Apoiada (Decreto-Lei 166/93, de 7 de Maio) a todas as habitações que estão sob a sua gestão. -----

A aplicação da fórmula da Renda Apoiada, tal como está hoje consagrada na Lei, implicará uma subida em flecha das rendas de casa, podendo atingir, em alguns casos, os 1.000%.-----

É unânime o reconhecimento da injustiça da atual Lei, tendo inclusivamente sido aprovada por unanimidade nesta assembleia uma moção contra a aplicação do regime de renda apoiada. -----

Foi recomendada a sua alteração pelo Provedor de Justiça, em 2008, e em 2011 a Assembleia da República aprovou 4 Resoluções, por unanimidade, onde se recomenda ao Governo a alteração da Lei e a suspensão da sua aplicação nos bairros sociais. -----

A Constituição da República Portuguesa é bastante clara no direito à habitação, estipulando no seu artigo 65.º que "todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em



Assembleia Municipal de Odivelas

condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar". Ainda segundo a Constituição, compete aos estado assegurar este direito nomeadamente através de "uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria" para além de promover a "construção de habitações económicas e sociais". -----

O Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua Reunião de 18 de Dezembro de 2012 delibere: -----

- Condenar o adiamento de uma solução definitiva que vise responder aos graves problemas de acesso à habitação para todas; -----

- Reforçar o apelo ao Governo para que proceda à suspensão imediata da aplicação do regime de renda apoiada; -----

- Reforçar o apelo à Assembleia da República para que proceda com urgência à revisão do regime de renda apoiada introduzindo uma maior justiça no arrendamento social e corrigindo as injustiças que afetam as socialmente mais desprotegidas, -----

- Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de soberania nacional e à comunicação social."-----

Pela bancada do BE, foi apresentado um Voto de Saudação sobre "Declaração Universal dos Direitos Humanos", que seguidamente se transcreve: (documento nº8) -----

"Considerando que: -----

1. Se celebra este ano o 64º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, num contexto da profunda crise económica e social que ameaça destruir os alicerces da democracia como a conhecemos até agora, pondo em causa direitos sociais e económicos conquistados ao longo de décadas;-----

2. A 10 de Dezembro de 1948, foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e que o direito ao "reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo" e sendo o "ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações" [...];-----

3. Reza o preâmbulo da mesma no seu artigo 22º que "toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país" e, ainda no artigo 26º, que "toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito."-----



Assembleia Municipal de Odivelas

4. A Constituição da República Portuguesa, profundamente inspirada na letra e no espírito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, garante e protege de forma inequívoca os direitos políticos, económicos, sociais e culturais dos cidadãos; -----

5. Segunda a Constituição da República Portuguesa é obrigação do Estado garantir os direitos sociais e económicos, nomeadamente, o emprego (artigo 58º), a educação, a formação e a cultura (cf. art.º 73, 74, 75, 76), a saúde (cf. art.º 64) e a habitação (cf. art.º 65); -----

6. Nas atuais circunstâncias, as tarefas fundamentais do Estado, em especial, no que concerne à garantia “dos direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático”, “da independência nacional” e da criação das “condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam” e nas suas funções de promoção do “bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais”, conforme consta do artigo 9.º da CRP, estão profundamente ameaçadas pelas políticas impostas pela Troika e prosseguidas pelo Governo; -----

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Odivelas, saúda o 64º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e reitere o seu compromisso político com a sua defesa bem como a defesa de todos os direitos sociais, económicos, políticos e culturais ameaçados.” -----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram colocados à votação os documentos acima apresentados para discussão, tendo sido **Aprovados por Unanimidade**. -----

No âmbito da discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

José Falcão, pela bancada do BE,; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Hoje no dia Internacional dos Emigrantes foi entregue um documento subscrito por 21 associações no Provedor de Justiça sobre a inconstitucionalidade da lei da emigração, a ultima. E durante o fim semana foi dito na imprensa o seguinte: “Para o desenrolar da investigação que se encontra a decorrer nesta esquadra sobre o processo em epígrafe, solicita-se a V.Exa (direção escola secundária de Almada) o seguinte: identificação dos alunos de etnia cigana que frequentem esse estabelecimento, indicar se algum destes alunos está indiciado por práticas de ilícito.” Isto foi o que uma esquadra se advoga no direito de Mandar para uma escola. Supostamente três miúdos que frequentam a referida escola secundaria fizeram um furto, supostamente um de etnia cigana, os outros dois não. Mas a esquadra manda um fax para uma escola para que os seus professores denunciem supostos delinquentes de etnia cigana à polícia. A



Assembleia Municipal de Odivelas

impunidade que têm acontecido com estes casos quando qualquer polícia se chega dentro da RTP, e vai buscar imagens que não podia ir buscar, quando no fórum da GNR dizem que os ciganos devem ser postos no atlântico, etc., e não acontece nada.-----

Quando temos deputados assembleia república dão moradas falsas para ganhar senhas de presença, a cento e tal quilómetros distancia, esta impunidade é grave.-----

È para vermos até onde chega um Estado que se diz de direito, que permite coisas destas. Não fico satisfeito só porque foi aberto inquérito na referida esquadra. Há cerca de dois foi executado um miúdo de 14 anos, e quem executou este crime foi absolvido. Teoricamente este país não tem pena morte. Mas na prática para as minorias étnicas há.-----

Pelas 20h50m, os trabalhos foram interrompidos.-----

Pelas 21h17m os trabalhos foram retomados.-----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Constou-nos porque não há nada oficial, que houve uma delegação que foi assembleia república, onde o Sr Presidente foi incluído nessa comitiva para a defesa freguesia, até aqui tudo bem porque reconheço ao Sr para além do cargo que ocupa, toda a legitimidade para representar a assembleia municipal.-----

Gostaria de saber porque é que as bancadas da assembleia municipal, em concreto a bancada do PSD não foi informada dessa visita, é porque isso nos impediu de participar no vosso ato de protesto e reuniões com os grupos parlamentares. A não ser que haja aqui algum tipo de discriminação que eu não saiba.-----

Presidente da Assembleia Municipal, Sérgio Paiva, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Não havendo nada oficial, não é inteiramente verdade, porque eu fiz questão de anunciar aqui publicamente, em reunião anterior, que a assembleia e camara municipal, iriam ser recebidos na assembleia republica, por parte dos grupos parlamentares. Francamente não convidei ninguém, relativamente ao PSD, até poderia dizer que era para não vos causar incomodo, mas não é verdade. Não



Assembleia Municipal de Odivelas

convidei ninguém porque foi público o anúncio da visita, naturalmente havia lugar a qualquer um dos líderes de bancada, e caso estivessem interessados vir a participar.-----

Eu não o fiz, porque também não recebi nenhuma manifestação de vontade nesse sentido, teria tido naturalmente todo o gosto, mas como tinha sido pública aqui a nota relativamente à nossa presença na assembleia republica, não havia necessidade de estar a fazer em privado esse mesmo convite.-----

Esta foi a razão fundamental porque não houve um convite expreso aos líderes de bancada, porque afinal tendo sido aqui formalizado esse anuncio, não era necessário.-----

Fomos recebidos eu, srª presidente e também alguns vereadores, pelos grupos parlamentares do PS e os PEV, e mais tarde, aí já com dois dos presidentes de junta, da freguesia Famões e de Olival Basto, Caneças não foi porque se encontrava impedido, se bem me lembro nessa altura com uma iniciativa à qual não poderia faltar; fomos recebidos pelo grupo parlamentar do PCP. Foram as três reuniões que tivemos, sobre a conversa em concreto houve a apresentação do documento produzido nesta assembleia, da parte dos srs deputados parlamentares ouvimos boa vontade de qualquer deles relativamente a este assunto, sabendo obviamente que esta é uma decisão que é tomada por maioria na assembleia republica, e portanto para qualquer dos três partidos não haveria muito mais a fazer, se não colocar algumas questões, entre as quais sendo Odivelas uma freguesia que vai além do limite que a lei impõe, não como formula obrigatória mas como forma de balizar pelo menos a dimensão das maiores freguesias, ser também essa vontade que a maioria poderá ela própria resolver. E portanto não havendo muito espaço para que cada um dos partidos possa ir além da simples nota, em plenário ou em especialidade, relativamente aquilo que são as questões que colocamos, as conversas ficaram por aí."-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"De facto nós recebemos aqui a comunicação de que o executivo e a assembleia municipal iriam ao parlamento, mas foi uma mera comunicação, não houve um convite formal. E como sabe sr presidente, casamentos e batizados, só se vai quando se é convidado. Nós não nos sentimos de maneira alguma melindrados por essa falta atenção, mas simplesmente queremos deixar registado, para que mais tarde não se venha a dizer que nós participámos nas diligências efetuadas."-----

Presidente da Assembleia Municipal, **Sérgio Paiva**; -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**; -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, -----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**, -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Lúcia Lemos, pela bancada do **CDU**, -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para prestar os respetivos esclarecimentos.-----

Os documentos, acima mencionados, foram colocados à votação tendo sido: -----

Documento nº1, foi **aprovado por maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE, da CDU, do PS, e CDS/PP e com os votos contra das bancadas do PSD.-----

Documento nº2, foi **rejeitada por maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE e CDU, com a abstenção da bancada do PS e com os votos contra das bancadas do CDS/PP e PSD.-----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Miguel Cabrita**, pela bancada do **PS**, foi apresentada uma declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

"O PS abstêm-se na moção sobre estas questões do arrendamento porque entendemos que, apesar de concordámos com as propostas do atual governo não acautelam algumas das questões mais gravosas, inquilinos desfavorecidos, desequilibrando as relações entre senhorio e inquilino de forma inaceitável. A verdade é que, a situação anterior era também insustentável e causadora de grandes distorções e marasmos no mercado de arrendamento. -----

O PS teria preferido uma outra solução aliás que apresentou ainda na fase final do governo Sócrates, que entendemos que eram propostas mais equilibradas, e que eventualmente poderiam responder a algumas das questões quer do marasmo anterior, promovendo a importância económica, urbana e social do arrendamento, mas sem cair no desequilíbrio que foi criado com esta nova proposta de legislação na qual claramente não nos revemos." -----

Documento nº3, foi **Aprovado por Unanimidade**; -----

Documento nº4, foi **rejeitada por maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE e CDU, e com os votos contra das bancadas do CDS/PP, PSD e PS.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **José Falcão, Lúcia Lemos e Miguel Cabrita**, pelas bancadas do **BE, CDU e PS**, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----

José Falcão-----

"Nós votámos favoravelmente, e todos os dias se prova que é grave que o Premio Nobel seja entregue a uma organização, neste caso a União Europeia, que tem primado por ter políticas que provocam o genocídio de emigração e das pessoas que querem chegar Europa, que ela necessita deles, no atlântico, no mediterrâneo. Que participou e apoia evasões e guerras na própria Europa, que tem levado à miséria do povo europeu. O premio nobel da paz é para quem prima por lutar contra a guerra, pelo bem estar populações. Sabemos que o problema não é de agora, já foi atribuído a outras organizações, mas é escandaloso que tenha sido dado à União Europeia, sobretudo numa altura destas. Apoiar as leis Sarkozy nas leis de emigração, nomeadamente em Portugal, é de facto a desprestigiar um prémio nobel destes."

Lúcia Lemos-----

"De facto o premio nobel da paz para a União Europeia, senão fosse uma coisa seria para os povos, daria vontade de rir. Mais vontade ainda quando quem o recebe foi um dos homens que na cimeira das Lage, quando José Aznar e Tony Blair, receberam em poucas horas George W. Bush para fazer a guerra. ----- Até por isto é caricato que seja Durão Barroso o homem da guerra que vai receber o premio nobel da União Europeia, em nome da paz. Portanto tudo o que hoje a União Europeia faz é alimentar outro tipo de guerra, não necessariamente com as armas, mas as guerras contra os povos, de carater económico, contra o bem estar das pessoas, guerra da miséria que os povos se tornem pobres e por isso dependentes. Não deixa, assim, de ser caricato que a União Europeia tenha recebido neste ano pelas mãos de Durão Barroso, um premio em nome da paz. E por isso o nosso voto a favor deste voto de condenação."

Miguel Cabrita-----

"O PS vota contra este voto de condenação porque entende que a União Europeia desde a sua génese acima de tudo um projeto de paz. Foi desde inicio uma tentativa de construir, com sucesso, uma comunidade de interesses políticos e económicos, que construiu e garantiu a paz na europa ocidental durante cinquenta anos, o que para os mais esquecidos, é tão só único período histórico da europa ocidental em isso sucedeu. Nunca houve cinquenta anos de paz na Europa, e em larga medida essa possibilidade foi dada também pela União Europeia."



Assembleia Municipal de Odiveelas

Evidentemente que este é um período complicado para atribuir à União Europeia um prémio deste tipo, dirão aqueles que têm uma visão cínica sobre o prémio nobel, que foi atribuído agora porque é a última oportunidade, ou como já ouvimos alguns comentadores dizerem deram à União Europeia o prémio nobel da paz, porque certamente o da economia não poderiam dar, e portanto recorreram ao da paz que estava ali ao lado. -----

Mas nós não temos essa visão, temos uma outra. É evidente que União Europeia tem neste momento fragilidades ao nível do projeto europeu, dos seus objetivos, da sua condução, da sua pilotagem e também tem, como reconhecemos no texto apresentado pelo BE no voto de condenação, um conjunto de situações graves do ponto vista social e também dos direitos humanos. Mas ainda assim, o PS saúda a atribuição deste prémio nobel da paz, não pelo momento presente mas pelo trajeto histórico da União Europeia, e porque esperamos que constitua uma pressão e um incentivo para que os líderes europeus, possam corrigir os erros cometidos.” -----

Documento nº5, foi **aprovada por maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU e PS, e com os votos contra das bancadas do CDS/PP e PSD -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos, Luís Salmonete, Miguel Cabrita**, pelas bancadas da **CDU, PSD e PS**, e **Eduarda Barros** em nome individual, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----

Lúcia Lemos-----

“De facto o nosso voto reflete uma posição em relação a este iceberg que afunda um país. Qual Titanic, onde se ouvem os violinos quase desafinados do PSD e do CDS, nesta Assembleia que apenas por dever de ofício votaram em sentido contrário.-----

Mais do que um Iceberg, temos se calhar um dilúvio a levar o país para a miséria e veremos daqui a um ano se cá estivermos, como estará o país depois deste orçamento e os senhores provavelmente arrepender-se-ão do voto em sentido contrário. “-----

Luis Salmonete-----



Assembleia Municipal de Odivelas

"Estranhámos que tenha sido aprovado por um partido, especialmente porque derrotou esta política e o memorando da troika e quando foi esse mesmo partido que o acionou, isto é um bocado estranho e por um governo de esquerda que de facto as pessoas que estão à esquerda não querem."-----

Miguel Cabrita-----

*"O PS votou favoravelmente esta Moção em coerência com o que fez na Assembleia da República.-----
Achamos que o Orçamento de estado para 2013 é mais do que um iceberg, já foi apelidado de tsunami, etc, enfim, é escolher os qualificativos inclusive por pessoas da área da maioria que governa o país.-----
De facto este orçamento, iceberg ou não, está a afundar o país e vai afundar o país e daqui por uns tempos vamos certamente conversar sobre isto nesta Assembleia.-----
Revemo-nos na substância e na orientação geral do texto que foi aqui proposto e eventualmente não nos revemos tanto nos considerandos e na linguagem. Mas que essa linguagem que alguns detalhes de texto não impeçam aquilo que é de facto importante, que é a condenação deste orçamento de Estado.-----
Quanto ao memorando da troika que já vai na sua sexta revisão, não me lembro do PS a ter aprovado, nem a primeira, nem a segunda, terceira, quarta, quinta, nem a sexta, porque nem se quer foi a isso chamado.-----*

Em qualquer caso e faço questão de fazer aqui uma ressalva sobre o ponto 12 que tem a ver com a greve, com o papel do movimento sindical, da contestação às políticas não só a nível nacional mas também europeias. É um ponto que é escrito com alguma conotação normativa dizendo de alguma forma que os trabalhadores e o movimento sindical devem fazer.-----

O PS tem uma posição muito clara nesta matéria, que é da total autonomia do movimento sindical, ou seja, é o movimento sindical é a ele que compete decidir aquilo que devem fazer os trabalhadores e que formas de luto devem adotar e portanto nessa matéria não acompanhamos este ponto 12. Temos uma posição muito clara, que é aliás uma posição histórica do PS.-----

O PS acha que é o movimento sindical que deve influenciar os partidos e não os partidos que devem influenciar o movimento sindical."-----

*Documento nº6, foi **aprovada por maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU e PS, e com os votos contra das bancadas do PSD e com as abstenções do CDS/PP-----*

*Documento nº7, foi **rejeitada por maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE e CDU e com os votos contra das bancadas do CDS/PP e PSD e com as abstenções do PS -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

Documento nº8, foi **Aprovada por maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU e PS, com os votos contra das bancadas do PSD e com as abstenções do CDS/PP -----

Após este período, o **Senhor Presidente em Exercício da Assembleia** deu início à discussão dos Pontos integrados na **Ordem do Dia**. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, propôs ao plenário retirar o **ponto 1** da presente ordem de trabalhos: *PROPOSTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA*, em conformidade com o solicitado pela Srª Presidente da Câmara Municipal, -----

No âmbito da discussão, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**, apresentou um ponto de Ordem-----

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Mário Máximo, para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes -----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**, -----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**, -----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi colocado à votação a retirada do Ponto 1, tendo sido **Aprovada por Maioria de dois terços**, com os votos a favor das bancadas do PS e PSD, com os votos contra das bancadas da CDU e CDS/PP e com a abstenção do BE-----

PONTO 2 - PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL-----

Presente para deliberação, a Proposta de Mapa de Pessoal, de acordo com a informação nº interno/2012/11236 de 2012.11.22, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 10ª reunião extraordinária de 2012, da câmara municipal de Odivelas, de 27.11.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzido.-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr Vice-Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:----

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de Voto -----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do CDS/PP; -----

O Senhor Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS e PSD, com os votos contra das bancadas CDU e BE e com a abstenção do CDS/PP -----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **José Carlos Pires**, pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

"Como repetidamente temos afirmado este é o projeto autárquico do Partido Socialista concretizado com a anuência e cumplicidade do PSD pelo que matérias como o orçamento, a macroestrutura ou o mapa de pessoal só podem contar com o nosso voto contra. Voto contra absolutamente legítimo, pois a nossa representatividade e o nosso papel neste órgão decorrem de um ato eleitoral. Voto contra absolutamente válido porque em democracia ainda nos encontramos e porque desse sufrágio emana essa mesma legitimidade. -----

Reportando-nos ao mapa de pessoa' cuja proposta foi agora aprovada pela maioria PS/PSD,' espelha e visa adequar-se, como é aliás expressamente assumido pelos serviços, à Macroestrutura aprovada na última assembleia e que mereceu a nossa frontal discordância. -----

Este Mapa de Pessoal elaborado em linha com a reformulação da macroestrutura e com vista a dar cumprimento a imposições cegas e desprovidas de qualquer fundamentação em concreto, por um governo que trata as pessoas como números e que tem como um único propósito diminuir custos a qualquer preço, sem qualquer preocupação com os efeitos negativos na atividade desenvolvida ou na situação individual dos trabalhadores. -----

Mas esta proposta de Mapa de Pessoal para 2013, continua a apresentar, como tem vindo a ser regra desde 2010, a diminuição do número de postos de trabalho, que, desde aquela data e até agora são já 273 o número de postos de trabalho eliminados. -----

Será de questionar, a este ritmo e se até agora os lugares eliminados são de postos de trabalho não ocupados e/ou vagas criadas por aposentações e outras saídas, como estas situações não são ilimitadas, chegará o dia em que começarão os despedimentos, ou como se diz na administração pública a passagem ao quadro de excedentes. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Desta vez são menos 125 em comparação com 2012, sendo na sua maioria da área da Divisão Socioeducativa, sabendo-se das dificuldades no acompanhamento das crianças e jovens nas Escolas do concelho, nomeadamente pessoal não docente. Uma preocupação também expressa quer pelos responsáveis das Escolas, quer pelos pais e também pelo STAL, que emitiu um parecer desfavorável e que nós igualmente partilhamos. -----

Continua-se a trilhar o caminho de eliminar toda e qualquer capacidade de intervenção municipal direta, apresentando cada vez mais um mapa de pessoal destruturado e menos capacidade operativa. -----

Pelo exposto, o nosso voto será de contra esta proposta de mapa de pessoal, sem antes deixar um voto de apreço a todos os trabalhadores municipais." -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr Vice-Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

PONTO 3 - PROPOSTA RELATIVA AO PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU-----

Presente para deliberação, a Proposta Relativa ao Provimento de Cargos de Direção Intermedia de 3º Grau, de acordo com a informação nº interno/2012/11115 de 2012.11.20, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 10ª reunião extraordinária de 2012, da câmara municipal de Odivelas, de 27.11.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzido.-----

O Senhor Presidente em da Assembleia deu a palavra ao Sr Vice-Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto, não se registaram intervenções -----

O Senhor Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS e PSD e com as abstenções do BE, CDU e CDS/PP -----



Assembleia Municipal de Odivelas

PONTO 4 - PROPOSTA - DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1º GRAU E DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1º E 2º GRAU-----

Presente para deliberação, a Proposta – Despesas de Representação dos Titulares dos Cargos de Direção Superior de 1º Grau e Direção Intermédia de 1º e 2º Grau, de acordo com a Proposta nº 10/PRES/2012, de 22.11.2012, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 10ª reunião extraordinária de 2012, da câmara municipal de Odivelas, de 27.11.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião pelo que dá como reproduzida. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr Vice-Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto, não se registaram intervenções -----

O Senhor Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS e PSD e com as abstenções do BE, CDU e CDS/PP -----

PONTO 5 – ANÁLISE DA PROPOSTA FINAL DA UNIDADE TÉCNICA PARA A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO-----

Presente para apreciação, a Análise da Proposta Final da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território. -----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Pela bancada da CDU foi apresentada uma **Moção** “A Assembleia Municipal de Odivelas rejeita a proposta de agregação das Freguesias do Concelho que a Unidade Técnica tenta impor e que criará graves prejuízos às populações do Concelho.” que seguidamente se transcreve: -----

“A Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território fez chegar à Assembleia da República a proposta que regula a agregação de diversas Freguesias no Concelho de Odivelas respeitando os princípios constantes da Lei n.º 22/2012. Aquela Unidade Técnica, que não tem qualquer



Assembleia Municipal de Odivelas

legitimidade democrática para assumir o poder de verificar as pronúncias apresentadas, e que ignorando as posições da Assembleia Municipal, propõe a supracitada agregação de várias freguesias no concelho transformando num agregado as freguesias de: (Caneças e Ramada); (Famões e Pontinha); (Olival Basto e Póvoa Santo Adrião). A Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Odivelas, as Juntas de Freguesia e as Assembleias de Freguesia do Concelho pronunciaram-se em concordância com cenários que não os trazidos agora pela Unidade Técnica. A maioria das agregações propostas, ficará com mais habitantes que muitos dos 308 concelhos do País. A Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), a Associação Nacional de Municípios (ANMP) e também, o Grupo Parlamentar do PS, PCP, BE e P.E. Os Verdes recusaram integrar a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território. O governo tem-se revelado insensível às tomadas de posições da maioria dos órgãos autárquicos do País contra a extinção de freguesias. O total das dívidas das autarquias representa cerca de 4% do PIB pelo que a putativa redução de despesas no Poder Local teria impacto nulo no Orçamento de Estado. De facto, não reside apenas nas autarquias o problema do défice do País. -----

Assim e considerando que: -----

- 1. Os órgãos autárquicos legitimamente eleitos, Assembleia Municipal de Odivelas, Câmara Municipal de Odivelas, Assembleias de Freguesia e Juntas de Freguesia se pronunciaram todos contrariamente a uma solução que alterasse radicalmente o mapa do nosso concelho como o faz a proposta da Unidade Técnica. -----*
- 2. A agregação e consequente redução do número de freguesias, apresentada pela citada Unidade Técnica, ao romper a organização territorial existente e consolidada, ao diminuir a proximidade que se estabeleceu entre freguesias e as sua populações, não tem em conta a realidade do Concelho de Odivelas e constitui, potencialmente, um grave prejuízo para a coesão territorial e o desenvolvimento local bem como para a eficiência dos serviços prestados a instituições, empresas e cidadãos. -----*
- 3. A aplicação meramente matemática dos critérios estabelecidos, realizada por esta Unidade Técnica, põe em causa o princípio da igualdade, que vincula a Administração à não discriminação, positiva ou negativa. -----*
- 4. A presente proposta não cumpre, comprovadamente, um alegado objetivo de redução de despesa. -----*
- 5. A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida a 29 de novembro de 2012, rejeita a proposta de agregação de freguesias no Concelho de Odivelas apresentada pela Unidade Técnica em não conformidade com as posições tomadas pelos órgãos autárquicos legitimamente eleitos e apela para que a Assembleia da República e os Deputados não aprovem quaisquer leis baseadas nestas propostas apresentadas pela citada Unidade Técnica." -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi colocado à votação o documento acima apresentado para discussão, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, pela bancada da **CDU**, **Armindo Fernandes**; -----

Afonso Simão, pela bancada do **PS**; -----

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, pela bancada da **CDU**, **Armindo Fernandes**; -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Na vida real, ou seja na vida desta Assembleia Municipal já tomámos posição contra a agregação das freguesias por duas vezes em dois momentos diferentes e portanto achamos que não há necessidade de afirmar a cada momento aquilo que já fizemos anteriormente.-----

Agora estamos no domínio da esperança, no domínio da fé e para isso é preciso ser crente.-----

Nunca perguntei à bancada do PSD, aos seus elementos, qual a religião que professam, e não tenho nada que o fazer porque isso são questões do foro pessoal.-----

Tenho a certeza que qualquer discussão que se fizesse nesta altura relativamente a este tema só poderia ser feita por alguém que acreditasse nos astros e que lesse nas estrelas. É verdade que já tivemos pessoas conhecidas do nosso partido que liam nas estrelas, mas isso não acontece connosco. Hoje temos pessoas que comunicam mais através dos Bleckberrys e I pads.-----

Desconhecemos quais vão ser os desenvolvimentos futuros e o que se vai passar, sabemos que a lei foi aprovada e que provavelmente irá entrar em vigor mas não temos a certeza, nem podemos ter.-----

Já manifestámos a nossa posição contra a agregação das freguesias em Odivelas, mais, quando outros não o fizeram e poderiam tê-lo feito, mas não quiseram. Agora estamos noutra fase que é a de aguardar pelos desenvolvimentos futuros.-----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**; -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do **BE**, **PS**, **CDU** e o **Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas Vítor Machado** e com a abstenção do **PSD** e **CDS/PP** -----

Havendo quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à consideração do plenário passar-se de imediato ao **Período de Intervenção do Público**, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----



Assembleia Municipal de Odiveelas

felh

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O **Senhor Presidente** informou todos os presentes que não se registou nenhuma inscrição do público. ----

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou definitivamente encerrada a Sessão pelas 23h00 m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 2.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

O 2º Secretário: -----

[Handwritten signatures of the President and Secretaries]